



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º

PROPOSTA

N.º **074/2025/DAF**

Realizada em

07/05/2025

DELIBERAÇÃO N.º

ASSUNTO: ISENÇÃO DE IMT NA PRIMEIRA AQUISIÇÃO ONEROSA DE HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, POR JOVENS DOS 18 ANOS ATÉ AOS 35 ANOS NO MUNICÍPIO DE SETÚBAL REFERENTE AO PRÉDIO COM O ARTIGO MATRICIAL 9066, FRAÇÃO AF DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AZEITÃO

A Assembleia Municipal, mediante proposta da câmara municipal n.º 72/2024/DAF, aprovou o Regulamento de Isenção de IMT na primeira Aquisição Onerosa de Habitação própria e Permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, nos termos do n.º 2, do Artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI.)

Considerando que,

O Regulamento de Isenção de IMT na Primeira Aquisição Onerosa de Habitação Própria e Permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal, devidamente publicado em Aviso n.º 108/2025, de 17 de janeiro, 2.ª série - n.º 12, visa conceder a isenção do pagamento de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), vem o requerente, através de Requerimento apresentado e registado nesta Câmara sob o n.º 1868/25, requerer a atribuição da Isenção do IMT no valor de 3 627,58 €, conforme Documento Único de Cobrança (DUC) com o n.º 160724076780035, referente à aquisição da primeira habitação própria e permanente na área geográfica do Concelho de Setúbal, do prédio inscrito na Matriz Predial Urbana sob o Artigo 9066, com a fração autónoma designada pelas Letras “AF” (correspondente ao 2º FTE.), da União das Freguesias de Azeitão, pelo valor de aquisição de 195 000,00 €, conforme o Documento Particular Autenticado de Compra e Venda do Imóvel e Mútuo com Hipoteca datado de 05 de março de 2024, realizado na Avenida 23 de Julho, n.º 388 (nas instalações do Banco Santander), no Laranjeiro, pela Advogada Dr.ª Ilda Travado, com escritório sito na Rua do Bocage, n.º 67, Edifício Sitio, Co-Working, em Setúbal.

Após análise ao presente Requerimento encontram-se reunidas as condições para a atribuição do benefício de isenção do pagamento de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), de acordo com o disposto nos Artigo 5.º e Artigo 8.º do Regulamento supra identificado.

Atento ao acima exposto, e ao abrigo das disposições legais suprarreferidas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar a atribuição da Isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis de acordo com o disposto nos Artigo 5.º e Artigo 8.º do Regulamento supra identificado.

- b) Mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeito do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por : _____ Votos Contra; _____ Abstensões; _____ Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA

O PRESIDENTE DA CÂMARA